



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezenove de novembro de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário *Ad Hoc*. Senhor Presidente: “como o vereador Álvaro Azevedo encontra-se ausente, convido o vereador Silvânio Aguiar como Secretário da Mesa. Obrigado”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo. Sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “é minuto de silêncio? Então, na segunda parte, por favor”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Solene do dia sete de novembro de dois mil e dezenove e a Ata da Reunião Ordinária do dia doze de novembro de dois mil e dezenove foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por oito votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício 137/19C. Data: 11/11/19. Do senhor Daniel Rodrigo de Lima Vieira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/NL. Ao Presidente da Câmara



Municipal de Nova Lima. Assunto: Discussão do Projeto de Lei sobre Escola Cívico Militar em Nova Lima. Informa que assim que receberam o referido projeto de lei, iniciou-se discussão sobre o tema na Mesa Diretora do Conselho. Pontua que devido à complexidade do tema, é de extrema importância a análise e discussão do assunto de forma técnica, agregando os que atuam diretamente na política de educação do município. Declara que o Conselho se compromete em se empenhar a discutir e enviar uma conclusão dos trabalhos com a maior brevidade possível. Ressalta que nas discussões já iniciadas pelo Conselho, foram observadas incoerências do projeto de lei municipal com o Programa Nacional aprovado no ano de 2019. Colocam-se à disposição para esclarecimentos e contribuições na construção da política pública da criança e do adolescente do município de Nova Lima. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Esse projeto de lei é de minha autoria. Eu queria dizer o seguinte: gente, nem tudo na vida é no tempo que as pessoas têm para discutir. Respeito demais o Daniel, respeito demais todos os conselhos de Nova Lima. Falo que os conselhos de Nova Lima foram fundamentais, principalmente na discussão de Plano Diretor. Mas o conselho está discutindo tem quatro anos, cinco anos uma reformulação da legislação que, inclusive, tem que fazer, dos conselheiros tutelares, que é a readequação de condições de trabalho. Para você ter uma ideia, a lei hoje, a lei que foi aprovada é uma lei tão absurda, que estabelece quarenta horas trabalhadas do conselho tutelar e os obriga a fazer um plantão de quarenta e oito horas. Essa lei já era para ter descido, já era para ter ido para o Executivo, já era para ter descido e está lá na mão do



conselho. Cabe a essa Casa, e aí nós fomos eleitos e votados para discutir e legislar em prol do município de Nova Lima, ouvindo. Nós tivemos no Deniz Vale facada de aluno outro dia. Nós temos tráfico de drogas dentro de escola municipal. Nós temos um absurdo acontecendo dentro das escolas municipais de Nova Lima e que eu entendo que a escola militar é uma forma de resolver parte desse problema. Então, eu venho pedir a Vossas Excelências, já me coloco à disposição dos conselhos, caso eles queiram, vou lá conversar sobre esse projeto de lei, só que eu acho desrespeitoso paralisar um projeto, falar que nós vamos pedir Audiência Pública, falar que nós vamos ouvir sobre ele e até proponho uma Audiência Pública sobre ele no momento oportuno, mas parar o trabalho legislativo da Câmara Municipal por causa de uma sugestão do conselho, eu acho desrespeitoso com essa Casa, acho desrespeitoso com os vereadores, tendo em vista que a nossa função aqui é identificar os problemas e legislar. O conselho é uma parte das pessoas que têm que ser ouvidas e a opinião deles tem que ser respeitada, porque são pessoas que trabalham na área, são pessoas que estão no dia-a-dia, vivenciam o dia-a-dia, tem que ser respeitada. Mas o conselho é uma parte da parcela da população e eu defendo esse projeto por conhecer as escolas municipais, por conhecer nossas escolas estaduais. Foi esse o motivo que me fez apresentar o projeto e é esse o motivo que me faz defendê-lo e que irei defender até o final, a não ser que o conselho apresente argumentos plausíveis para a gente tirar, porque eu acho que nós estamos aqui para mudar de opinião, se for convencido para tal. Mas hoje eu venho falar com Vossa Excelência, Presidente, para dar continuidade ao projeto e trazer o conselho para



discutir aqui, dentro da Casa Legislativa. Não a Casa Legislativa discutir dentro dos conselhos, que são mais de vinte e seis no município de Nova Lima”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:

1) Projeto de Lei Substitutivo nº 1.850/2019, autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Nova Lima para o exercício de 2020”. Encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 2) Projeto de Lei nº 1.851/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a concessão de Subvenções Sociais, Contribuições e Auxílios Financeiros no exercício de 2020”. Encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Boa noite, público que nos assiste de forma presencial, público que nos assiste pela TV Banqueta e os colegas vereadores. Só vou fazer uma colocação e chamar a atenção dos colegas vereadores, que mais uma vez no projeto de concessões, subvenções e contribuições está se reduzindo o repasse do Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Então, que essa Câmara, mais uma vez, faça jus ao que a gente sempre fez nos três primeiros anos, mantendo, pelo menos, o valor mínimo que o hospital precisa, que há mais de três anos não tem um centavo de reajustamento. Mais uma vez aqui no projeto o recurso está diminuído”. 3) Projeto de Lei Substitutivo nº 1.852/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a revisão do Plano Plurianual – Quadriênio 2018-2021”. Encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 4) Projeto de Lei nº 1.886/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Institui o Projeto ‘Carona Legal’ no âmbito do Município de Nova Lima”.



Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. O projeto de lei é grande, a justificativa também é grande, se o senhor quiser dispensar, Presidente, não teria problema nenhum. Eu só vou pedir para o senhor consultar o Plenário quanto à possibilidade de a gente fazer parecer conjunto desse projeto. Vou explicar rapidinho, se o senhor assim me permitir, que é o seguinte: carona solidária, eu fiz uma pesquisa bem ampla para falar desse projeto, ele permite que as pessoas venham se associar, alguns vereadores pediram para assinar esse projeto junto, agora que eu estou lembrando, quem quiser fica à vontade quanto a isso. Existe em vários lugares o sistema de carona solidária que funciona em vários países modernos, de primeiro mundo, que é onde eu tenho um filho, cada um tem um filho, nós quatro temos um filho, nós vamos definir que uma pessoa vai levar essas crianças para a escola e vamos ratear o custo. Teve um projeto similar, que foi julgado inconstitucional, inclusive as meninas dos transportes estão ali, lá em 2004, salvo engano, um projeto apresentado pelo vereador José Guedes, vereador Silvânio, Flávio de Almeida e tem mais uns dois, três vereadores. Eu só peguei o projeto, a ideia principal e fiz com que ele tivesse um embasamento legal diferenciado sobre a ótica, sobre o olhar da carona solidária e não do transporte irregular. Eu acho que é mais uma das formas que nós temos que tentar fazer em Nova Lima de um sistema que já funciona, tem funcionado e que tem como funcionar, tem espaço para todo mundo. Eu defendo essa ideia, venho aqui defender e peço à Vossas Excelências o comprometimento de avaliar com cuidado e cautela, eu acho que o voto de cada



vereador deve ser respeitado, porque cada um vota de acordo com sua experiência, com a sua forma de viver, o público que tem que defender, porque nós temos aqui, cada um tem a sua bandeira, então cada um vai defender a sua bandeira. Mas eu peço que Vossas Excelências avaliem com cuidado, com carinho, é a palavra correta, esse projeto, porque ele vai afetar a vida de muitas pessoas em Nova Lima hoje”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Wesley para que as comissões façam parecer conjunto. Vocês, presidentes das comissões, concordam? A dispensa de leitura. Vereadores concordam? Aprovado, oito votos, parecer conjunto”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente. Eu queria pedir ao vereador Wesley de Jesus se posso assinar com Vossa Excelência”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “claro, vereador, está autorizado”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. Senhor Presidente: “encaminho o projeto de lei... Bom, se vai ser parecer conjunto...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Vai ser parecer conjunto? O senhor colocou em votação?”. Senhor Presidente: “parecer conjunto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “está ok”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.699/2018, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a autorização da compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário, tendo em vista que



esse projeto já está tramitando praticamente há dois anos quase, foi em 2018, é o último parecer, sobre a possibilidade de a gente colocar em primeira e segunda votação nessa sessão”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do autor do projeto para que o projeto entre em primeira e segunda votação ainda hoje. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.799/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Torna obrigatória a cessão gratuita de ônibus por parte das empresas de transportes coletivos para atender a cortejos fúnebres e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do Veto. Senhor Secretário: “Senhor Presidente, eu posso consultar o vereador Boi? Me parece que ele pediu que tirasse esse projeto de pauta”. Vereador José Carlos de Oliveira: “eu fiz um requerimento para tirar esse projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “esse é o Veto”. Senhor Secretário: “esse é o Veto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ele pediu para tirar foi o último”. Vereador José Carlos de Oliveira: “é”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “você pediu para tirar o Veto?”. Senhor Secretário: “pode ler?”. Senhor Presidente: “pode ler”. Senhor Secretário: “é, realmente, você tem razão”. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Resolução nº 158/2019, autoria dos vereadores Tiago Almeida Tito, Fausto Niquini Ferreira, Ederson Sebastião Pinto, Alessandro Luiz Bonifácio, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Cria no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima, a Comissão Permanente em Defesa da Habitação de Interesse Social”. A



comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Wesley de Jesus Silva como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem. Só dar uma sugestão que o vereador Álvaro já pratica isso e como o vereador Silvânio o está substituindo, são doze pareceres, a ementa sempre é padrão aqui da Casa, se ele puder ler de forma objetiva, só aa parte que fala da aprovação ou rejeição, porque eu acho que vai dar celeridade às pessoas que estão assistindo. Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “excelente observação”.

4) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei Substitutivo nº 1.837/2019, autoria do Poder Executivo, que “Institui normas gerais e procedimentos à produção de parcelamentos caracterizados como Urbanização de Interesse Social e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário, tendo em vista que foi parecer conjunto, para que nós possamos fazer a primeira e segunda votação desse projeto nessa sessão ainda”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Wesley, vereadores que concordam permaneçam como estão, primeira e segunda votação hoje ainda. Aprovado, oito votos”. 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.856/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira,





que “Institui a coleta de lixo eletrônico por meio de parcerias com entes privados”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.857/2019, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Institui no município o Projeto Casa de Abrigo para mulheres vítimas de violência”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Hoje a Casa chega ao cúmulo do absurdo com referência a esse vereador. Esse projeto que está lendo o parecer hoje entrou exatamente quase noventa dias depois do outro parecer que está parado na Casa. Então, eu vou aproveitar o momento e invocar o artigo cento e trinta, que o senhor nomeie outros três vereadores para dar o parecer em cima de um projeto parado na Casa, que atende ao servidor, seriam cinquenta por cento das vagas em cargos comissionados distribuídos para os servidores de carreira. E invocar também, Senhor Presidente, a Constituição, porque eu tenho os mesmos direitos que todos os vereadores nesta Casa”. Senhor Presidente: “corretíssimo, será criada uma nova comissão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor não me substituísse, vereador Flávio, porque eu tenho um parecer que está assinado no projeto. Sendo assim, eu gostaria que o senhor não me substituísse, mas se o senhor julgar necessário”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu quero dizer que, como presidente da comissão, esse projeto não está na minha comissão, não se encontra, eu tenho quase certeza absoluta de que esse projeto não está comigo. Então, eu não posso aceitar que eu seja substituído”. Senhor Presidente: “presidente, a



informação que eu tenho é que se encontra no... Inclusive não tem a assinatura do vereador Kim, só tem...”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. Eu não concordo com esse projeto, eu vou fazer um parecer contrário. Até conversei com o vereador Boi e ele falou para fazer um parecer contrário”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é um pouco tarde para a comissão fazer qualquer tipo de parecer. Eu estou invocando o artigo cento e trinta. Isso ocorreu na primeira comissão, dos dois vereadores, eu não falei nome para não atingir ninguém. E voltou a ocorrer de novo. É um direito meu, de acordo com o artigo cento e trinta do nosso Regimento Interno. Então, por gentileza, essa discussão nem bate mais”. Senhor Presidente: “está bom, está resolvido”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, eu não vou ser substituído, está certo?”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, como eu vou ser substituído se o projeto não chegou até à minha comissão? Eu não vou aceitar, de jeito nenhum, eu não posso. Tem que olhar onde ele está. Eu consultei ali com a doutora Delma, não se encontra. Senhor Presidente, eu quero dizer ao senhor...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a nossa comissão já passou, Zé. Ele não está em nossa comissão, Zé. Está na Serviços Públicos”. Senhor Presidente: “pega lá para tirar a dúvida”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, é porque está na Comissão de Serviços Públicos”. 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.860/2019, autoria do vereador José Guedes, que “Autoriza ao Executivo o estabelecimento de regras e condições para a instalação de ‘parkletes’ no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do



projeto. 8) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.862/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Altera o anexo único da Lei nº 1.910, de 28 de dezembro de 2005”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Não teria que votar o parecer contrário? Ah, então não precisa. Verdade”.

9) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.865/2019, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação dos Servidores Públicos Municipais do Município de Nova Lima. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão. Senhor Presidente, em tempo, eu li o nome do vereador Ederson Sebastião Pinto errado e estou fazendo a correção”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “se Vossa Excelência quiser falar o meu apelido, eu fico até mais satisfeito, Kim do Gás”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Kim do Gás, pronto”.

10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.877/2019, autoria do Poder Executivo, que “Altera a denominação da Rua T-1 do Bairro Vila Castela, neste município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. É porque eu participei desta reunião e até emiti o parecer favorável a este projeto, ele está sem a minha assinatura. Eu só queria que constasse que eu assino esse parecer também”.



11) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.878/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação da unidade administrativa e cargo em comissão nominados, promove suas inserções respectivamente às Leis Municipais nº 2.681 e 2.682, ambas de 15/05/2019, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 12) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.885/2019, autoria da Mesa Diretora, que “Altera o anexo IV da Lei nº 2.459, de 08 de setembro de 2014”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, gostaria que o senhor consultasse o Plenário para que esse projeto tenha parecer conjunto a partir deste momento, por gentileza”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Soldado Flávio de Almeida, vereadores que concordam que seja emitido um parecer conjunto deste projeto permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, há trinta e sete dias, parece que hoje completa trinta e sete dias, foi solicitada a presença da Presidente do Sindicato aqui para esclarecer para os vereadores e para os funcionários que têm direito à cesta básica. O senhor sabe se ela compareceu, se ela vai comparecer na próxima reunião? Por que tem trinta e sete dias. Na última reunião foi solicitado aqui novamente. Eu gostaria de saber se ela se encontra na Câmara Municipal?”. Senhor Presidente: “a secretaria entrará em contato com ela. Parece que ela estava de férias, acompanhando algum paciente



internado, alguma coisa assim”. Vereador José Guedes: “trinta e sete dias?”. Senhor Presidente: “bom, é a informação que eu tive”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, é muita decepção para mim saber que alguns vereadores, eu sou linha de frente sobre a cesta básica, eu não canso de dizer que eu comuniquei, fui ao gabinete do ex-prefeito Cassinho, quase que eu briguei. O Sindicato sabe disso, o Sindicato estava presente em várias reuniões, brigando pela cesta básica que é lei. Então, não fui ouvido, deu no que deu. A prefeitura já está com os recursos para pagar quatro mil e quatrocentos reais a cada funcionário. E o projeto não anda, ela não veio dar explicações aqui. Eu lutei, parece que esse vereador aqui tinha valor para o Sindicato quando eu ia na linha de frente nas greves pelos absurdos que aconteciam na prefeitura, eu era linha de frente, o único vereador que ia em greve, brigava, ia na quadra Villa lotada e brigando pela cesta básica, fui eu. Então, eu acho até que pelas conversações que nós temos, pelas indagações, o funcionário perdeu o direito de quatro mil e quatrocentos reais. Ela tem que vir aqui dar explicação, isso é uma obrigação do Sindicato. Tem trinta e sete dias que eu estou falando isso aqui ou mais. Então, Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor tomasse as providências para a gente saber com quem está a razão, se é com a prefeitura, se é com o Sindicato. Pelo o que eu sei, o Sindicato quer que a prefeitura pague quinhentos reais de multa por dia para todos os funcionários, que são mil e tantos que tem direito à cesta básica. É uma fábula, a prefeitura não tem dinheiro para isso. A gente fica chateado, quando eu vejo falar que ano que vem tem eleição, eu não estou preocupado com eleição, eu estou aqui cumprindo com minha obrigação, vou



continuar cobrando, legislando e fiscalizando, que é a obrigação do vereador. Então, a gente fica muito chateado. Por qual motivo alguns vêm com rapidez e outros ficam esse enrolado o tempo todo. Ela tem que comparecer aqui. Então, vou fazer ao senhor novamente um pedido verbal aqui, eu não fiz nada por escrito. Tem umas três ou quatro reuniões que eu estou cobrando isso. Eu vou terminar por aqui. Se perderem esses quatro mil e quatrocentos vai ser uma das coisas mais revoltantes que fizeram com os funcionários. Obrigado”. Senhor Presidente: “senhora Érika, Presidente do Sindicato, a senhora fica convidada a comparecer nessa Casa Legislativa, na próxima terça-feira, às dezessete horas”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, é uma pena que eu vou me submeter a uma cirurgia, segunda-feira, eu não vou estar presente, mas eu gostaria que os vereadores indagassem e fossem a fundo nisso, defendendo o direito do trabalhador. Obrigado”. Senhor Presidente: “o senhor quer que transfere para a outra terça-feira?”. Vereador José Guedes: “não, acho que não há necessidade, tem mais nove vereadores. Não pode jogar mais para frente. A minha presença aqui não importa, importa é resolver o problema dos funcionários. Obrigado”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é só para o senhor oficializá-la porque nem todo mundo vê a TV Banqueta. Mandar um ofício para ela”. Senhor Presidente: “com certeza”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só porque você abriu a palavra antes da terceira parte, então eu já queria aproveitar e indagar, o tema também é servidor e eu não indaguei no início da reunião porque o procurador não estava presente no momento, no início. Eu quero só levantar



uma situação que eu gostaria que a procuradoria se manifestasse, que é referente à votação da emenda ao Projeto de Lei 1.884, a emenda que incluía os professores no projeto de reajustamento. Isso criou um grande questionamento na sociedade, inclusive, os professores também mandaram vários whatsapp, indagaram vários vereadores, eu acho que requerem esse esclarecimento. Foi o motivo pelo qual foi atribuído o rito de lei complementar na votação dessa emenda. A gente procurou aqui, a gente viu diversas decisões judiciais do Tribunal de Justiça e também decisões administrativas do Tribunal de Contas, que uma lei ordinária é suficiente para esse tipo de tramitação da lei, pois trata simplesmente de reajustamento, não houve criação, nem modificação, nem extinção dos cargos existentes, mas o simples reajustamento. E como nos termos do artigo 33, inciso 4, da Lei Orgânica, deixa claro que no caso, se for tramitação de lei ordinária, e como houve uma abstenção do vereador Kim na votação da emenda, ou seja, é como se fosse um voto em branco, a votação da emenda ficou empatada, quatro a quatro, e nesse caso, o senhor desempatou essa emenda, ficou cinco a quatro. Meu questionamento não é em relação à votação da emenda, porque eu acho que a emenda realmente teve a votação correta, só que a divulgação do resultado foi incorreta. Então, no meu entendimento, ela foi aprovada e ela deveria seguir para a votação em conjunto com o Projeto 1.884. Eu só queria que a procuradoria se posicionasse de forma formal, eu sei que está relatado em Ata, e eu gostaria que isso também fosse relatado em Ata, para que eu possa sim seguir os questionamentos daí em diante. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, foi feita uma nota de esclarecimento pelo Dr. Luciano, eu solicitei



que ele encaminhasse essa nota aos vereadores”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas qual que é o posicionamento da procuradoria em relação ao rito? Realmente eu preciso que seja formalizado em Ata, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “exatamente do jeito que foi aprovado. Ele foi pegar lá e o Secretário vai fazer a leitura aqui”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ok”. Vereador José Guedes: “no meu entendimento, a votação teria que ter seis votos, não teve seis votos. Quero dizer que eu tenho certeza que os vereadores têm que ter responsabilidade quando fizerem emendas, não são todos. Tem um vereador que fez treze emendas para treze categorias, a dez por cento cada categoria, dá cento e cinquenta por cento de aumento. Onde tem isso? Onde existe isso? Isso é querer aparecer, jogar alguns vereadores contra os funcionários o tempo todo aqui. A reunião eu não gostei, não pode acontecer o que aconteceu o tempo todo, determinados vereadores falavam e eram aplaudidos, outros que estavam corretos porque o município não tem condições de dar cento e cinquenta, duzentos por cento de aumento, eram vaiados. Eu quero dizer que, pelo Regimento Interno, não pode ter manifestações no Plenário. ‘Art. 89. É permitido a qualquer cidadão assistir das galerias às reuniões públicas. § 1º. O assistente não poderá aplaudir nem reprovar o que se passar em plenário. § 2º. O Presidente fará sair do edifício da Câmara o assistente que perturbar a ordem’. Então, Senhor Presidente, eu quero dizer que eu estou aqui há vinte e sete anos, será que eu sou retardado? Se eu não pudesse fazer cem, duzentas emendas nesta Casa? Então, o vereador tem que ter respeito com os funcionários, isso é abusar dos funcionários, é iludir funcionários. Para terminar, eu sou totalmente favorável aos





funcionários, nunca votei contra, fui para as greves quando havia os absurdos, cobrei o tempo todo. Dificilmente eu entrei com emendas aqui e as emendas que eu entrei são normais, não são coisas exageradas que o município não pode pagar. Então, fizeram o que fizeram o tempo todo e deixaram quase trezentos milhões para o atual prefeito pagar. Então, não meto os pés pelas mãos, eu estou aqui é para ser correto, principalmente quanto aos funcionários da prefeitura, que eu sou um deles, eu trabalhei na prefeitura quarenta anos, eu tenho todos os direitos que os da ativa têm, eu sou estatutário, quando eu aposentei, eu não levei um tostão, não tive nada, mas o regime estatutário dá para o aposentado todos os direitos de quem está na ativa. Obrigado”.

Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Porque eu assinei todas as emendas que tiveram na Casa, e como eu sou um vereador afincado, eu gosto de estudar as coisas antes chegar aqui porque assim a gente não fala muita besteira. Os dez por cento instituídos nas emendas não são dez por cento mais dez, mais dez e mais dez não; são dez por cento, são só dez por cento. Se divide em categoria por quê? Por que realmente a lei pede isso, que você divida os dez por cento em categoria, mas no final são dez por cento, é só isso, não tem emenda nenhuma emenda ruim. As emendas feitas por mim e o vereador Álvaro, o vereador Silvânio, Tiago Tito e o senhor, foram todas emendas estudadas e, inclusive, passaram por algumas pessoas formadas na área. Obrigado”.

Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, só para dar resposta. Eu não sou complicado não. Eu estou dando esclarecimento aqui. Dez por cento para cada categoria, treze categorias dão cento e trinta por cento. Encerrado o assunto”. Vereador



Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só fazer uma sugestão aqui que eu acho que vai gerar uma transparência muito grande para a Casa Legislativa: é se o rito fosse estabelecido nos pareceres da Comissão de Legislação e Justiça, que os pareceres viessem estabelecendo qual é o rito, porque a gente se perde aqui muitas vezes no rito também. Então, se os pareceres da Comissão de Legislação e Justiça estabelecerem qual é o rito que ele vai seguir, a gente fica com uma questão mais transparente aqui na Casa, se é lei complementar, se é lei ordinária, a gente já vai saber exatamente qual é o quórum necessário para a votação de cada um dos projetos de lei. É uma sugestão que eu faço para a Casa, para evitar esse tipo de questionamento. Porque agora fica parecendo que tem parecer contrário, eu sou advogado, advogo há quase dez anos na cidade e, como tudo no direito tem duas opiniões, isso vai evitar que a gente tenha que ficar discutindo assuntos dessa natureza aqui”. Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura da nota de esclarecimento”. Senhor Secretário; “Nota de Esclarecimento. A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Nova Lima esclarece que nas votações de projetos de lei relacionados aos servidores públicos municipais, bem como nas emendas apresentadas pelos senhores vereadores a estes projetos, exige-se, para sua aprovação, o voto da maioria absoluta (6 votos) dos membros da Casa Legislativa, de acordo com o artigo 52 da Lei Orgânica Municipal. Ressalta-se que eventual voto de desempate do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, somente será exercido em projetos de lei ordinária, que exigem maioria simples para aprovação. Luciano Augusto de Freitas Nunes”. Senhor Presidente: “posteriormente



encaminharei também para os gabinetes esse parecer por escrito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ Senhor Presidente, pela ordem. É só porque foi assunto no meio, até na questão de lei complementar também, no caso, se tiver empate, o senhor vota também, então eu faço questionamento da nota. Mas, enfim, eu estou tratando o projeto como lei ordinária nesse caso e eu acho que a interpretação, no caso da procuradoria, nesse caso, com maior respeito ao procurador e à equipe da procuradoria, foi o rito de forma equivocada e essa Casa, nesse caso, cometeu um equívoco não em relação à votação à emenda, mas de ter deixado de incluir a emenda ao Projeto de Lei 1.884 porque ele foi aprovado, cinco a quatro, pelo rito de lei ordinária. Eu só queria que deixasse isso registrado em Ata que aí a gente segue daqui para frente. Obrigado, Senhor Presidente”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu questionei e pedi o prazo agora na segunda parte da reunião. Eu questionei há duas reuniões atrás a questão da Liga Municipal, pedi que viessem aqui prestar esclarecimentos e já, por duas vezes, o Presidente da Liga esteve na Câmara, mas ele não prestou esclarecimentos porque ele veio sem a prestação de contas que a gente pediu. Ainda assim, eu fiz alguns comentários para ele e ele trouxe para gente aqui, ainda que não de forma regimental, mas eu acho que é positiva a atitude dele, porque a gente falou que eles não tinham as certidões negativas e ele trouxe todas as certidões, eu não vou ler essas certidões aqui, mas trouxe a Certidão Negativa de Débitos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos



Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. A gente solicitou que eles nos trouxessem o plano de trabalho e o contrato que está sendo usado pela prefeitura para a realização dos jogos e ele ficou de trazer isso para gente no momento oportuno. De qualquer maneira, como foi uma solicitação do meu mandato e aprovada por todos os vereadores, para que os vereadores não pensem que eles não vieram aqui, eles vieram, prestaram os esclarecimentos e vão continuar fazendo isso na medida que tiverem a possibilidade, até porque, como o plano de trabalho ainda está em execução, eles não têm ainda a prestação de contas. Penso que é oportuna a resposta deles. O segundo assunto, Senhor Presidente, na reunião passada e como as reuniões, a gente já está chegando ao final do ano, ficou combinado que criaríamos a Comissão Permanente de Acompanhamento às Vítimas de Feminicídio no Município. Eu, o vereador Flávio e o vereador Tiago Tito fizemos essa solicitação. Eu entendo que a Casa hoje está com muitos projetos, mas eu gostaria que a gente pudesse colocar esse projeto para votação nas próximas reuniões, se Deus quiser. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou até antecipar aqui, eu votei nesse requerimento para chamar a Liga aqui, mas não mais voltarei em nenhum requerimento para convocar ou convidar ou intimar associações, representantes nenhum para prestar esclarecimento, sem que o meu colega, que o vereador estabeleça... Eu estou falando isso, é a minha opinião, estou dando minha justificativa. Sem que o vereador estabeleça qualquer fato que enseje essa necessidade; vou te falar por que. Quando a gente fala aqui em convidar, por exemplo, a questão da Liga mesmo. Quem está à frente da Liga hoje não



conheço, o vi em alguns eventos, nós fizemos esse convite para prestar alguns esclarecimentos, não citamos nada que pudesse desabonar a imagem dele e o povo saiu na rua falando: ‘ah, está vendo, a Liga estava roubando’. Então, isso é uma irresponsabilidade da minha parte, eu peço desculpa para o Presidente da Liga nesse sentido e assumo um compromisso de que eu, no decorrer do meu mandato, não votarei nenhum requerimento para convocar nenhuma instituição, nenhum secretário, nenhum órgão, sem que seja apontado de forma clara qual é o objetivo da convocação, qual é a finalidade e se existe indício de irregularidades, porque essa Casa é obrigada a fiscalizar e ver irregularidades, não levantar a bola de uma forma genérica e subjetiva de forma que as pessoas hoje, em época de redes sociais, possa fazer cada um o seu próprio julgamento, porque hoje nós temos muitos juízes na rua. Então, eu peço desculpa ao Presidente da Liga por ter votado esse requerimento também, já me comprometendo que não mais o farei, sem que existam essas justificativas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só para deixar claro, eu não fiz uma denúncia vazia, tem uma denúncia no Ministério Público e eu fui provocado por mais de um cidadão falando sobre esse assunto. O vereador Wesley muito bem disse, a gente não denunciou nada, simplesmente pedi que trouxessem a prestação de contas da Liga aqui, até ressaltando o trabalho que a Liga faz município, respeitando. E até para dar mais credibilidade à Liga, eu penso que se tem uma denúncia no Ministério Público seria interessante que a gente apurasse. Mas de qualquer maneira, eu respeito o posicionamento do vereador, é o posicionamento dele, não significa dizer que foi irresponsabilidade minha, depende da



interpretação de quem ouve”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente. Bem, eu assinei o requerimento por que eu tenho certeza absoluta que o Leandro, Presidente da Liga, é uma das pessoas mais honestas em Nova Lima, ele é tão bom que só tem vinte anos que ele é Diretor da Liga e atualmente é o Presidente. Eu comungo com as ideias do Wesley. Não estou falando de vereador, aqui em Nova Lima tem algumas pessoas que ouviu falar, vai ao Ministério Público. O Ministério Público tem que olhar quem está denunciando, se realmente as pessoas tem provas. Olha o campeonato, pode dizer que nós fizemos por que eu estou na linha de frente, há cinquenta anos eu estou lutando, gasto o meu dinheiro. Fico revoltado quando eu peço uma ajuda para um projeto de sessenta e cinco crianças, tipo assim, dois, três mil reais e os empresários negam. Então, a gente está em uma luta tremenda. Nova Lima está no topo de Minas Gerais no esporte, antes, futebol amador e futsal somente, hoje nós temos dezesseis modalidades, eu não canso de falar isso. Vai criar mais, estamos recuperando as quadras, vamos recuperar os campos, que em doze anos sequer passaram uma tinta nos alambrados, nos vestiários. Para finalizar, a minha revolta está aí, em 2015, eu não canso de falar isso na Câmara, já falei umas cem vezes e vou continuar falando: gastaram quinze milhões no esporte, é a CPI, quinze milhões, não fizeram um campo, não fizeram uma quadra e fico eu martelando, cobrando isso. Agora, eu vou continuar defendendo a Liga, votei para que ele viesse aqui prestar os esclarecimentos, que ele tem os documentos, eu acompanho o Leandro, acompanho o vice dele, eu acompanho o trabalho, é sacrificante ser um presidente de Liga. Então, vou parabenizar o Leandro pelo campeonato. Um bom



campeonato custa dinheiro porque tem que ter bandeira de ponta, tem que ter juiz, até da CBF na final veio. Antes só tinha um juiz, um juiz não dá conta, tem que ter os juízes e os bandeiras. Então, eu tenho mais é que parabenizar. Outro dia foi dito aqui sobre juventude, nós estamos no caminho certo, é devagar, a gente não consegue fazer tudo, da noite para o dia. Eu sou um vereador preocupado não só com a juventude, com a criança de cinco anos, eu vejo meus netos, meus irmãos. Então, nós temos a obrigação de encaminhar, inserir as crianças de cinco anos em diante para o esporte. O esporte que faz o homem, o esporte tira os meninos da rua, o esporte tira os meninos de coisa errada. Parabenizo todos os pais de Nova Lima que colocam seus filhos, seus netos, seus vizinhos, seus amigos no esporte. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “me dá uma aparte, vereador?”. Vereador José Guedes: “permitido”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só quero ressaltar o seguinte, quando eu falei isso, eu não falei que nós não podemos fazer denúncia, é uma das funções do vereador fazer denúncia sim. Só que eu posso ter certeza absoluta que não tem um vereador que está sentado nessa cadeira que já não teve uma denúncia no Ministério Público, muitas vezes vazia, sem nenhum tipo de nexos, sem nenhum tipo de fundamentação. Porque hoje a denúncia é no computador, online, você não aparece, anônima, então é muito fácil. Quando eu falei de a gente trazer isso à tona, porque na era da rede social, nós podemos estar com a maior das boas intenções, aí a gente chega lá na rede social depois, pega um trequinho da fala assim, junta com outro trequinho, espalha como se fosse uma verdade real, aí viraliza. Um áudio falando mal de uma pessoa roda mil, falando bem ou justificando, vai rodar vinte.



E a reputação das pessoas, gente, é uma das coisas mais importantes que a pessoa tem, que construiu na vida, a imagem, o nome. E nós não podemos inverter o princípio da boa-fé, nós temos que partir sempre do pressuposto que a pessoa estava com boa-fé e provar a má-fé da pessoa, não o inverso, como eu tenho visto no país, onde as pessoas partem do pressuposto da má-fé e você tem que provar a sua boa-fé, isso não é o que está previsto nas legislações vigentes no país, nos nossos princípios legais. E nós temos que tomar esse zelo e esse cuidado também para não prejudicar a vida de pessoas de forma arbitrária e irregular”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.761/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural do município de Nova Lima, por meio do tombamento”. Em primeira votação, aprovado por oito votos. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria que Vossa Excelência consultasse o Plenário quanto à possibilidade de colocar esse projeto em pauta, na segunda votação ainda hoje e vou justificar. Pasmem: nós não temos alguns tombamentos realizados no município de Nova Lima, aquele prédio Concórdia que está na entrada lá da cidade, como nós não temos um patrimônio histórico de tombamento de parte da serra que está em Nova Lima, o Estado encaminha na aprovação para que o Conselho Histórico de Belo Horizonte se manifeste quanto às contrapartidas. Na construção daquele prédio, no que





diz respeito à questão do tombamento daquela serra ali em cima, o conselho de Belo Horizonte definiu que eles iriam colocar as plaquinhas na Rua da Bahia e a reforma da igreja da Rua da Bahia, eu não me recordo o nome. Qual o impacto que gerou no município de Nova Lima? Quem vai receber esses carros, quem vai receber os prédios, quem vai ter que conviver com o trânsito ali em cima hoje, com setecentas e tantas vagas de garagem somos nós, nova-limenses. Então, essa reformulação na legislação, ela visa tão somente criar e estabelecer mecanismos para que nós possamos cuidar mais, principalmente da nossa questão da nossa parte histórica. Tanto esse tombamento pode ser apresentado pelo Executivo de forma voluntária, como aqueles apresentados pelo próprio Executivo no caso de necessidade, tudo passando pela Comissão e pelo Conselho de Patrimônio Histórico da nossa cidade, que aí passa a ter essa obrigação. E aproveito, volto a repetir que não é só fazer lei e ela não ser executada. O nosso Conselho de Patrimônio Histórico tem que avaliar o tombamento da Serra do Rola Moça ali em cima, na parte que diz respeito à Nova Lima. Por que o tombamento? Porque a partir do momento em que nós tivermos o tombamento e boa parte dos empreendimentos daquela região não são licenciados no município de Nova Lima, mas no Estado, a partir do momento em que nós tivermos o patrimônio histórico, a gente vai conseguir cobrar para que o Estado passe para o patrimônio histórico de Nova Lima a avaliação das contrapartidas que forem feitas naqueles empreendimentos daquela região”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do autor do projeto, vereadores que concordam com a segunda votação desse projeto hoje permaneçam como estão.



Aprovado, oito votos”. 2) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.797/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Estabelece a instalação de alerta de segurança nos ônibus do Transporte Público Municipal e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente, eu quero me posicionar. Primeiramente, só fazer uma retificação que não é Serra do Rola Moça, é Serra do Curral, me chamaram a atenção aqui”. Senhor Presidente: “está tudo tombado”. Vereador Flávio de Almeida: “só a portaria que é Nova Lima, no Rola Moça”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “só a portaria. Mas a gente já tem que discutir, como o impacto é nosso, se nós tivermos um metro quadrado lá, nós temos o direito de...”. Vereador Flávio de Almeida: “a do Curral é. Lá é só a portaria”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e faço essa retificação aqui. Vocês não me chamaram a atenção. Está vendo, Flávio? A oportunidade que você teve de me dar um chamão, está vendo?”. Vereador Flávio de Almeida: “aproveitar o momento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu quero falar o seguinte: eu tenho um respeito muito grande, respeito o trabalho feito pela Procuradoria, da parte jurídica do município de Nova Lima, todo mundo sabe da ligação que eu tenho com o prefeito Vítor Penido, mas eu vou votar contra o Veto, favorável à manutenção desse projeto, por entender que ele não ocasiona nenhum prejuízo para os cofres públicos do município e também não ocasiona nenhum prejuízo para as empresas. Está falando de instalação de alerta de segurança nos ônibus, então eu acho que isso só vem a somar ao transporte que é feito em Nova Lima”. Senhor Presidente: “em primeira e



única votação. Vereadores que são contrários ao Veto do prefeito permaneçam como estão. O Veto foi derrubado por nove votos”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. Eu queria agradecer aos meus pares por isso, que nós sabemos que hoje várias pessoas quando são assaltadas nos ônibus, então só vai colocar um alerta só no ônibus, quando for assaltado, o motorista vai, aperta e a polícia, se ver, vai saber que está tendo assalto. Então, eu queria agradecer muito aos meus pares e agradecer de coração. Nós vimos um crime que teve aí, se não me engano, bem, até esqueci, foi no Rio de Janeiro, não é isso? Se não me engano, foi no Rio de Janeiro, aí se tivesse um alerta desses, com certeza o povo ia ver, a polícia ia ver e não ia ter aquele assassinato. Obrigado, Presidente”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu quero parabenizar o vereador Kim por esse ato. Já existe esse alerta em várias cidades no Brasil e capitais. Como o vereador Wesley disse, não traz nenhum custo para a prefeitura. Então, Kim, espero que, com relação às empresas de ônibus, principalmente aqui em Nova Lima, que haja novos e novos projetos cobrando. Eu quero dizer que toda vida eu lutei para que colocasse os cobradores. Onde existem leis? Só no Brasil, acúmulo de funções, é motorista doente, é motorista estressado o tempo todo, eu converso com vários deles. Têm parentes meus que trabalham nas empresas. Empresas de transporte não têm fiado, não respeitam ninguém, como não respeitaram essa Câmara aqui. Os vereadores do passado, principalmente, nós queríamos conversar com o proprietário, mandaram o advogado. Então, hoje tem a lei e tem que ser cumprida. É um absurdo. Por que em outras empresas não pode ter acúmulo de funções e para os bacanas, para os ricos,



milionários, bilionários, no Brasil tem? Vou continuar batendo aqui. Votei e voto. As empresas têm que ter condições. Coloca setenta, sessenta passageiros nas nossas estradas aí”. Senhor Presidente: “vereador, conclui, por favor”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu vou concluir, Senhor Presidente. Isso aqui é um desabafo meu. A vida toda eu bati aqui com alguns vereadores e nós não fomos ouvidos. É um absurdo o que essas empresas fazem aqui em Nova Lima, é carro sucateado o tempo todo e volto a frisar, para terminar, não tem fiado. Se Nova Lima não presta, vai para outra cidade. Tem centenas e centenas de empresas que querem prestar serviço em nossa cidade. Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “por nove votos o Veto foi rejeitado, encaminho o projeto à promulgação”. Vereadores que votaram contra o Veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, se o senhor me permite, chamar aqui a atenção dos vereadores, na verdade, da prefeitura municipal de Nova Lima. As leis que são aplicadas nessa Casa, elas não podem ser aplicadas tão somente nas empresas municipais não, na Via Ouro não. Por quê? A Saritur tem a concessão estadual, mas ela faz transporte municipal de passageiros, aqui dentro do município, de forma irregular. Se ela vai trazendo passageiro de Rio Acima em Nova Lima e ela vai pegando passageiro também em todos os pontos do município e deixando dentro do próprio município. Você pega a Saritur lá em cima no BH e ela vai te deixar aqui em cima, perto da fábrica de balas. Ou seja, ela está fazendo transporte intermunicipal?



Não, ela está fazendo um transporte municipal, interno, nosso. A Via Ouro nunca reclamou disso não sei por quê. Mas é um transporte irregular, é um transporte que eu vejo que a empresa faz de forma irregular. E se ela faz de forma irregular, ela tem que adequar os ônibus dela para esse tipo e essa necessidade de transporte internamente aqui, também. Eu acho que cabe ao Executivo não fazer a empresa parar, porque aí já não é juízo de valor meu, isso é o Executivo que tem que fazer. Mas que nessas linhas onde ela faz transporte interno de pessoas, ela venha também aplicar todas as leis que são aprovadas nessa Casa”. 3) Projeto de Lei nº 1.846/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a inclusão da temática contra a violência às mulheres e meninas no currículo das Escolas Municipais, no âmbito do Município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 4) Projeto de Lei nº 1.855/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Cria o Cadastro Permanente de Profissionais Portadores de Necessidades Especiais, no âmbito do Município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 5) Projeto de Lei nº 1.863/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dá nova denominação à Unidade Básica de Saúde do Bairro



Jardim Canadá” – Selma Quintela Amaro. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 6) Projeto de Lei nº 1.864/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Autoriza o estacionamento gratuito de cliente em frente a farmácias e drogarias do município e dá outras providências”. Em primeira votação. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem. Me falaram sobre a inconstitucionalidade desse projeto, eu não vejo esse projeto como inconstitucional, pelo contrário, vejo esse projeto com bons olhos. O centro de Nova Lima hoje é intransitável. Embora já tenham algumas placas perto de algumas farmácias, mas não são todas, garantir que as pessoas tenham o direito de parar para comprar a sua medicação em determinado período de tempo, só vai frisar uma lei que já é em âmbito nacional, mas que também vem corroborar no sentido da sua aplicabilidade, a sua aplicação no município de Nova Lima”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Vou votar favorável. E, novamente, cobrar aqui a retirada daquela placa ali que prejudica quatro vagas dos taxistas. Mais uma vez vou cobrar, espero que o novo secretário, Joaquim, retire aquela placa ali. Anteriormente eram nove vagas. Se o taxista para, estaciona duplo, é multado. Então, há quanto tempo eu estou lutando para a retirada daquela placa ali? Se eu fosse autorizado, eu subia lá com uma marreta e quebrava aquela porcaria lá, porque é um absurdo. Abriram novas vagas lá, várias vagas próximas ao campo do Villa, substituir ali. Será que aquelas quatro vagas



ali vão quebrar essa firma que paga cinco por cento de imposto no nosso município? Onde tem esse imposto? Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 7) Projeto de Lei nº 1.761/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural do município de Nova Lima, por meio do tombamento”. Por deliberação plenária, em segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só ressaltando para as pessoas que nos acompanham, que esse projeto de lei que diz respeito ao precatório, ele é um projeto de lei que permite que a pessoa que tenha um precatório com a prefeitura municipal possa...”. Senhor Presidente: “não é esse, não”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não é esse, não?”. Senhor Presidente: “o seu é 1.699”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “esse que foi votado?”. Senhor Presidente: “1.761”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ah, tá. Boiei”. Vereador Tiago Almeida Tito: “acontece, senhor vereador. Os melhores vereadores também esquecem. 1.761 é do vereador Boi”. Senhor Presidente: “patrimônio histórico cultural”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é, eu vi aqui. Segunda votação”. Vereador Tiago Almeida Tito:



“desculpa, vereador, é de sua autoria, tombamento”. 8) Projeto de Lei nº 1.699/2018, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a autorização da compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Município”. Por deliberação plenária, em primeira e segunda votações, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria agradecer aos vereadores pela votação. Esse projeto de lei, hoje, autoriza todo mundo que tem um precatório no município de Nova Lima, que não recebeu, pegar esse precatório e vender esse precatório para um terceiro. Claro, sempre com o aval do advogado. Então, se você tem um precatório no município de Nova Lima, hoje, de um milhão e está na fila para receber daqui a seis anos, você pode vender esse precatório por novecentos mil reais. Tem empresas hoje no país que fazem isso, tem várias empresas. Eu acho que vem somar e permitir que as pessoas façam o que bem entender com seus próprios recursos e com o seu dinheiro. Verdade é, precatório é dinheiro em papel do Executivo Municipal de Nova Lima, onde a pessoa tem uma perspectiva de ganhar lá na frente, pela ordem, de acordo com as sentenças transitadas em julgado e os cálculos homologados. A partir de agora a pessoa pode vender esse precatório como bem entender”. 9) Projeto de Lei Substitutivo nº 1.837/2019, autoria do Poder Executivo, que “Institui normas gerais e procedimentos à produção de





parcelamentos caracterizados como Urbanização de Interesse Social e dá outras providências”. Por deliberação plenária, em primeira e segunda votações, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente, justificativa de voto. Eu queria parabenizar todas as pessoas que estão envolvidas nesse projeto. Eu falo que esse projeto é um projeto que foi desenhado e eu participei dele desde o início, em várias discussões, ele nasceu praticamente dentro de uma conversa com a comunidade e a Promotora de Justiça, Doutora Marta Larcher, com a Doutora Cláudia que esteve em uma reunião essa semana, segunda-feira, vocês estavam presentes também. Esse projeto de lei vai virar um projeto de lei modelo pelo país, depois da lei de 2016 que criou o REURB, Nova Lima vem acrescentar, melhorar um projeto em âmbito federal. Na semana passada o secretário de habitação, Fabrício, esteve no congresso nacional para entregar uma cópia desse projeto que começa a tramitar no congresso nacional. Claro que o rito lá é muito mais demorado, mas eu tenho certeza que Nova Lima vai fazer história, essa Casa vai fazer história, o Executivo vai fazer história, porque ele vem simplificar. Eu vou explicar resumidamente, hoje a pessoa, para construir uma casa, tem que ter o terreno, a urbanização, tem que ter esgoto, água, luz, tem que ter todas essas questões. E vender, pegar esse valor que custou toda a estrutura e passar para quem está comprando. O que se permite fazer aqui é em cunho social para as pessoas que



precisam, onde o município pode determinar e o particular também pode determinar algumas áreas, onde ele possa fazer o loteamento. Como é esse loteamento? Se for REURB – S, que é o social, a prefeitura vai entrar com uma parcela pequena, o proprietário da terra tem que vender a terra a valor da terra nula, valor praticamente de IPTU, que a gente sabe que é bem menor e o Executivo vai regularizando a área com as construções, ou seja, você pega o terreno, você compra, entra para o terreno, vai regularizando e vai vindo a infraestrutura a longo prazo. Isso já ocorre hoje nas ocupações, mas de forma desordenada, cada um pegando o seu pedaço, sem nenhum alinhamento. E o que vai se permitir agora é usar um pouco da ideia da ocupação, mas trazendo de uma forma organizada, controlada pelos órgãos públicos, controlada pelo poder público municipal. Isso é um ganho enorme para as pessoas que precisam de casa, para seis mil pessoas que estão na fila de espera para comprar uma casa em Nova Lima. Todo mundo sabe que casa e terreno são as coisas mais difíceis que tem para comprar, é caro, não está no orçamento de todo mundo. E as pessoas de Nova Lima têm utilizado o mecanismo da ocupação, não é porque é mau elemento, não é porque são bandidos, não é isso, é porque é a única forma de ter o próprio espaço e ter a própria casa. Em Nova Lima nós temos que dar um salto em prol disso e hoje nos começamos a caminhar para um futuro, se Deus quiser, promissor para a nossa cidade que vai servir como exemplo em âmbito nacional. Parabenizo vocês que são líderes do movimento que estão aqui porque vocês ajudaram a fazer a diferença, vocês fizeram a diferença”. Vereador José Geraldo Guedes: “Wesley, você me dá um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva:



“um aparte, vereador”. Vereador José Geraldo Guedes: “aproveitando que está falando sobre moradia, eu gostaria de pedir uma informação ao Presidente da Câmara: onde se encontra o projeto de regularizações de imóveis, puxadinhos. Eu já cobrei anteriormente. Encontra-se em qual comissão? O tempo vai passando, esse é um dos projetos mais importantes que se encontra na Casa. Obrigado”. Senhor Presidente: “ele já passou por todas as comissões e está em fase de elaboração de emendas, então eu acredito que nos próximos dias, até a última reunião desse ano, com certeza, esse projeto entrará para a votação. É um projeto de alta complexidade, então, com certeza... Eu peço, mais uma vez, aos nobres pares que agilizem os pareceres das comissões para não ficar deixando para assinar parecer aqui, na hora das reuniões, então vamos dar agilidade, tem mais cinquenta projetos tramitando na Casa”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu sugiro, Presidente, que o senhor readéque esse projeto de lei, a gente vai ter que sentar e discutir sobre ele. Tem uma parte dele que a lei federal emitida pelo atual Presidente, ele baixou decreto, virou lei, nós temos até uma discussão sobre isso, onde ele isenta o pagamento, a necessidade do ‘baixa habite-se’ para moradias que têm até setenta metros quadrados e que tem uma pavimentação só. Então, a gente tem que incluir esse pedaço dentro da legislação porque esse pedaço já é regra geral e tem que ser obedecida pelo município de Nova Lima. Então, hoje, o município de Nova Lima tem a obrigação de as pessoas que tem até setenta metros quadrados, que for considerada de baixa renda e que não tenha mais de uma pavimentação, o município não pode negar o ‘baixa habite-se’, a pessoa pode ir no cartório e fazer o registro do seu



imóvel, pagando os custos de cartório. Isso é uma lei em âmbito federal e nós temos que readequar as nossas legislações municipais quanto a isso”. Senhor Presidente: “vereador, inclusive essa é uma das adequações que o Ailton Otinha está fazendo no projeto. O senhor está convidado a sentar com ele lá e participar da elaboração dessa emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu tenho muita satisfação de ver, agora, as pessoas defendendo um projeto que é de minha autoria, eu entrei com esse projeto no meu primeiro ano de mandato, apesar de ele ter sido arquivado naquela época. Então, eu fiz a indicação ao Executivo e o Executivo o encaminhou como sendo de iniciativa dele, através da minha indicação. Só fazer uma colocação em relação à fala do vereador Wesley, acho que não precisa incluir, acho não, eu tenho certeza, senhor vereador, por ser uma lei federal. Ela, automaticamente, já vai como regra geral para o país inteiro. As emendas que a gente colocou aqui, que, inclusive, estão em seu gabinete para a sua assinatura. Até em respeito ao senhor, eu entreguei no primeiro gabinete, antes de entregar para todos, eu coloquei o nome de todos os vereadores, porque foi discutido aqui, o vereador Flávio discutiu, teve a participação do senhor também em um ponto e tinham, realmente, alguns cálculos que estavam muito acima, não iriam favorecer as pessoas a regularizarem. Então, eu acho que a gente poderia, o senhor passar para os demais gabinetes, se o senhor concordar, que as emendas estão com as colocações que o senhor tinha colocado e que o Ailton tinha colocado aqui, de comum acordo com os demais vereadores e a gente pode, todos os vereadores, ser de autoria de todos, essa emenda, melhorando ainda mais essa



legislação, tornando-a mais atrativa. Mas é só para a gente não preocupar em relação a esse decreto-lei que o Presidente Jair Bolsonaro sancionou, porque ele é superior à lei municipal. Então, automaticamente, o município pode cumprir, não precisa de a gente readequar, porque senão vai demorar mais ainda para tramitar. Obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente. Um aparte, vereador?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu dou um aparte ao vereador Wesley”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “vereador, eu pensei que você tivesse me encaminhado a cópia da emenda. Se você a iniciou em meu gabinete, não tinha nem a assinatura do senhor. O senhor vai ter que fazer de novo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, eu a tenho lá, não tem problema não”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “você pode iniciar de novo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu deixei uma cópia com a Michele, se não me engano”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “foi com a Michele. E eu ainda falei com ela assim: ‘eu vou votar a emenda, a emenda é pertinente, muito bem elaborada por Vossa Excelência’”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é para o senhor assinar junto. É porque era a primeira, tinha uma inclusão sua também que eu coloquei lá”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vi. Eu não sabia que ela partiria a partir da minha assinatura para frente, então, o senhor vai ter que reiniciar esse processo de novo, porque eu li, falei que estava de acordo, fiz uma leitura do projeto todo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “te entrego amanhã, deixo lá amanhã”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ok, mas entrega assinado, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, claro. Eu só deixei com a honra de o senhor assinar primeiro”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu quero dizer que esse é um



dos principais projetos, eu volto a dizer. Realmente foi engavetado mesmo, sabe por quê? Porque esse projeto ia favorecer a parte alta da cidade, que eles podem pagar. E hoje esse projeto é da parte baixa da cidade, das pessoas carentes. Noventa por cento, oitenta por cento de Nova Lima, na parte de baixo, é irregular, tem os puxadinhos. Então, eu ouvi a explanação do funcionário Ailton Otinha aqui e eu não concordei. Conversei com o prefeito, falei com ele: ‘prefeito, se for naqueles moldes lá, eu sou obrigado a votar contra o projeto’. Então, tem que ter isenção e ele concordou isentar. Como uma pessoa que ganha um salário mínimo vai pagar cinquenta mil, trinta mil? Já falei isso anteriormente e volto a dizer: foi engavetado sim, porque pessoas que têm apartamento de cinco milhões, três milhões, dois milhões, um milhão, têm que pagar. Essa é minha opinião e acabou. Por isso foi engavetado. Mas chegou a tempo ainda, demorou, mas chegou a tempo. Chegou um projeto enxuto, que há anos e anos atrás a Câmara vem brigando por isso. Então, têm acontecido coisas boas e a Câmara no seu todo tem lutado o tempo todo por esse projeto. Que Deus ajude que seja esse ano ainda aprovado, para resolver o problema dos mais carentes. Obrigado, Senhor Presidente”.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, a emenda está aqui. Já assinei, Tiago. Estava em um dos arquivos meus, vou repassar para os demais, se alguém quiser ler, fique à vontade, mas já assinei. Levando em consideração, gente, que esse projeto de lei, a emenda proposta nele é a seguinte, foi bem pontuado aqui, que não estava no projeto original: toda área que for simples e humilde em Nova Lima não vai pagar nada no intuito de regularizar seu imóvel. E quem for rico, nos condomínios e áreas mais



nobres, vai conseguir regularizar também, mediante pagamento, que é justo. Essa emenda é basicamente isso com mais alguns acréscimos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só para deixar claro também, é ZEIS, Zona Especial de Interesse Social, para aquelas pessoas que só têm um imóvel em seu nome. Não seria justo isentar quem tem mais de um imóvel, porque pode ser que a pessoa more em um zoneamento ZEIS e tenha mais de um imóvel. E só para dar uma satisfação, cabe dar uma satisfação a quem interessa, que é o público que nos assiste aqui e pela TV Banqueta. O projeto que veio do Executivo é exatamente o que eu propus, com as alterações, com a emenda que nós estamos colocando aqui que isenta as ZEIS, não mudou absolutamente nada. Nunca fiz um projeto aqui incluindo regularização de áreas nobres, mesmo porque essas pessoas não precisam disso. Você já viu alguém ir lá e desapropriar e tirar alguém lá do Vale dos Cristais, Vila da Serra? É balela falar esse tipo de coisa aqui. Então, o projeto, o Flávio conhecia esse projeto, o vereador Silvânio, o vereador Fausto. Nenhum momento tinha zoneamento de área nobre, o que seria uma irresponsabilidade, não só de minha parte, mas dessa Casa como um todo aprovar, dando incentivo a quem pode pagar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, ainda aqui na questão de habitação de interesse social e o senhor pedindo agilidade nos pareceres das comissões, nós temos uma Audiência Pública marcada para quinta-feira, que iria tratar daquele empreendimento ‘Minha Casa, Minha Vida’ no Bairro Santa Rita e a gente tem tido dificuldade com a Doutora Cláudia, do



MP, ela não pôde nos atender, então a gente vai pedir o adiamento dessa Audiência Pública, no máximo uma semana, para que a gente possa fazer a Audiência Pública com a presença da Promotora Pública”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem. Eu tive uma dúvida quanto a essa Audiência Pública, ela discute o projeto de lei de Santa Rita, não, de Bicalho? Aquele...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, é de Santa Rita. É aquele do...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Recanto Silvestre”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Recanto Silvestre, exatamente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ah”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é porque, na verdade, ele não é do ‘Minha Casa, Minha Vida’, ele é alteração de zoneamento”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é, exatamente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ele cita: para construção de ‘Minha Casa, Minha Vida’”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é, exatamente”. Senhor Presidente: “então fica transferida a Audiência Pública para a outra quinta-feira”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, nós temos poucos requerimentos e assim que terminar, eu tenho dois requerimentos verbais, está bom?”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer à Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de solucionar o problema do transporte de pessoas que fazem tratamento de hemodiálise, que crie alternativas, aumentando o número de veículos que fazem este tipo de transporte. Aprovado por sete votos. 2) Aatoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer que o Exmo. Sr. Vítor Penido de Barros providencie serviço de colocação de poste com braço de luz à Rua das Corujas, nº 132,





Chácaras Belarmino, onde a falta de iluminação tem oferecido risco à população e favorecido a atuação de meliantes. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu quero dizer que no Belarmino eu tenho um requerimento para colocar energia elétrica em todas as ruas, mas vou votar com o senhor. Realmente, tem problemas ali violentos, é uma escuridão e nos dias atuais está muito perigoso, várias casas lá já foram assaltadas. Então, eu vou votar com o senhor. Obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento”. Vereador Tiago Almeida Tito: “esse requerimento é de sua autoria?”. Senhor Presidente: “é meu”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu queria pedir ao senhor a gentileza, porque eu também fiz um requerimento pedindo a extensão de parte das ruas lá que ainda não têm iluminação, se o senhor me permitisse assinar com Vossa Senhoria”. Senhor Presidente: “autorizado, vereador Tiago Tito”. Requerimento aprovado por seis votos. 3) Autoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer à Secretaria Municipal de Obras que desenvolva um estudo e solucione os problemas causados pelo acúmulo das águas das chuvas na Rua Preston, no Bairro Jardim Canadá, em Nova Lima. Aprovado por sete votos. 4) Autoria do vereador José Guedes: Requer ao Executivo Municipal as solicitações que seguem, reiterando requerimentos: jateamento do barranco na Rua Brumadinho – 028/2013; instalação de corrimão na Rua Padre Eustáquio no Bairro Vila Operária – 014/2018; instalação de quebra-molas na Rua Rubem Costa Lima, próximo ao número 135 – 014/2017; instalação de quebra-molas na Rua K, com Lauro Magalhães Santeiro – 016/2016; instalação de quebra-molas na Rua Lincoln Tolentino no Bairro Cristais – 011/2018; instalação de corrimão



na Rua Vitória, próximo ao número 10, no Bairro Alvorada – 009/2017; academia popular na Banqueta – 014/2019; abrigo de lotação no final da Rua Contorno, em frente à Praça Carlos Cruz – 004/2019; fresamento da Rua ‘K’ no Bairro Chácara dos Cristais – 011/2018; academia ao ar livre na Praça Carlos Cruz – 059/2013; construção de creche no Bairro Chácara dos Cristais, no terreno do poliesportivo, o alicerce da referida creche se encontra pronto – 079/2013; quebra-molas na Rua Lauro Magalhães Santeiro, nº 627 e 27, acima da sede do Nacional – 082/2013; quebra-molas na Rua Morro Velho, nº 49, e na Rua Maestro Manasses Alexandre, nº 160 a 193 – 005/2014; academia popular na Banqueta do Rego Grande – 017/2013. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “aprovado, sete votos. Com a palavra o autor do requerimento”. Senhor Presidente: “eu só quero dizer que todos os requerimentos meus aí são reiterando. Tem requerimento meu aqui de quebra-molas, lá nos Cristais, de quinze anos. É uma vergonha. Mas eu sentei com o senhor Armando, ele falou: ‘por que não foi feito?’. Uma rua perigosa. Eu falei: ‘senhor Armando, eu só acho uma coisa que só pode ser por perseguição’. Quantos requerimentos de quebra-molas, quinze anos. Então, a gente fica muito chateado e, para terminar, eu quero dizer que uma creche na Chácara dos Cristais, no terreno do Poliesportivo, fizeram cinco, na sexta, o Ministério Público mandou embargar. Espero que o Vítor Penido construa, estão faltando vagas nas creches. Então, ali é uma região



muito grande. Já tem o alicerce, já tem o projeto pronto. É entrar em entendimento com o Ministério Público. Se houve erro lá atrás, que puna, mas não puna a construção, não pare a construção. Realmente teve problemas de licitação na seis. Construíram cinco e deixaram essa para trás. Eu estou cobrando, eu vou conversar com o prefeito Vítor Penido, porque é uma região que realmente necessita e eu espero que o Vítor faça para a gente ainda para o próximo ano essa creche. Obrigado”. 5) Aatoria do vereador José Guedes: Requer ao Executivo Municipal que seja disponibilizado transporte para os moradores do Bairro Boa Vista quando de consultas na Policlínica Municipal ou no posto médico do Retiro. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Até que resolva aquele problema da Boa Vista que, pelo menos, o município coloque a condução para aquele pessoal, para a Policlínica e para o Bairro do Retiro. Porque se a prefeitura liberar a obra, vai demorar um pouco a licitação e tal. E, realmente, se colocar a condução para aquelas pessoas, vai ser benéfico. Obrigado”. Requerimento aprovado por oito votos. 6) Aatoria do vereador Ederson Sebastião Pinto: Requer a esta respeitosa Casa que envie ofício ao DEER/MG para que sejam instalados redutores de velocidade na MG-030, entre as cidades de Nova Lima e Raposos, tendo em vista os inúmeros acidentes fatais ocorridos nos últimos anos. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria pedir ao vereador Kim para assinar com ele esse requerimento, dada a sua importância e onde ele se localiza. Falo que uma parte desse trecho matava gente toda semana, até que parou um pouquinho hoje. Ali, chegando próximo do Galo. Então, eu gostaria de assinar com Vossa Excelência esse



requerimento, vereador”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “aceito, amigo”. Requerimento aprovado por oito votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, requerimento verbal”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “eu tenho um verbal, Presidente”. Senhor Presidente: “deixe-me só fazer aqui uma moção de repúdio ao Coronel Tadeu, do PSL de São Paulo. Na exposição ‘Resistir no Brasil’, que exalta a existência e resistência negra no país, sofreu, na tarde dessa terça-feira, dia dezenove, um ato de depredação por parte de um parlamentar do PSL, o Deputado Coronel Tadeu, que quebrou uma arte que visava levar à conscientização contra o genocídio das pessoas negras. Lamentável, não é, Soldado Flávio?”. Vereador Flávio de Almeida: “terrível”. Senhor Presidente: “lamentável. Vereadores que concordam com a moção de repúdio permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só justificativa do voto. Na véspera do Dia da Consciência Negra. Eu falo que a gente, em vez de evoluir, nós estamos regredindo em falas que não cabem, acho que, na verdade, as pessoas estão tendo mais coragem de colocar para fora aquilo que elas têm de ruim e isso é pior ainda, porque muitas das vezes as pessoas omitiam isso e ficavam até com receio porque a maioria, o senso comum queria que a gente tivesse igualdade, igualdade de gênero, igualdade de raça, igualdade das classes sociais, mas agora as pessoas estão fazendo questão de falar, de se manifestar e, muitas das vezes, até chegar ao ato de agredir. Então, é muito triste na véspera do Dia da Consciência Negra, o dia vinte, a gente ver um parlamentar fazer um ato tão, enfim, não tem nome”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “repudiante”. Vereador Tiago Almeida



Tito: “não tem nome, é banal demais. A gente espera que o Congresso também se manifeste e possa puni-lo”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, justificativa. Quando o senhor fala ser um deputado, um parlamentar, é um pouco pior para a gente porque o cara é militar, ele tem conhecimento disso tudo. Quando faz um ato desses, ele deveria ser punido diversas vezes, porque aprender, ele aprendeu, só não põe em prática”. Senhor Presidente: “aprender, ele aprendeu. Muito bem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, requerimento verbal. Eu quero solicitar da administração, a gente já até fez esse requerimento outras vezes, mas que a administração municipal intensifique a fiscalização e policiamento na porta das escolas. É uma tristeza pedir policiamento para porta de escola e escola de ensino médio, mas têm acontecido grandes problemas nas portas das escolas. No Polivalente, essa semana, nós tivemos uma agressão a uma pessoa, uma funcionária da escola que foi separar uma briga e, infelizmente, uma pessoa de fora, que não é da escola, agrediu essa funcionária. Salvo engano, a funcionária é até meio ligada ao senhor, não é, vereador? E é uma tristeza a gente ver isso acontecer na nossa cidade. É lógico e eu quero ressaltar aqui o trabalho do Joaquim ou o trabalho da Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte, para não personificar, o trabalho da Polícia Militar, mas ainda, infelizmente, tem sido pouco. Todas as vezes que a gente provoca o Joaquim, ele vai lá, dá uma atenção, mas ainda o Polivalente, pelo menos, tem acontecido graves problemas lá. Então, a gente pede uma atenção maior, tanto da Polícia Militar, que já faz muito pelo município, e da Guarda Municipal, para que a gente possa inibir esse tipo de atitude na porta das



escolas. A gente sabe que muitas vezes são pessoas que estão ali para aliciar alunos, infelizmente. Então, que a polícia faça um trabalho de inteligência para inibir esse tipo de ação na porta das escolas”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, o senhor poderia incluir as escolas também do Jardim Canadá?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “por favor, é claro, lógico”. Senhor Presidente: “porque lá, inclusive, também é acompanhado de roubos de carros”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pois é, é um problema sério”. Senhor Presidente: “aumentou muito lá, Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “eu já ia pedir para acrescentar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, fechou. Nós assinamos os três, se quiser”. Senhor Presidente: “assinamos juntos”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu queria sugerir que fosse na porta de todas as escolas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito, vereador”. Vereador José Geraldo Guedes: “há dois meses o que fizeram lá, uma verdadeira multidão subindo nos carros, atacando os motoristas. Eu fiz esse requerimento e até hoje, eu passo ali constantemente, eu não vejo policiamento naquele local. O Polivalente me parece que é a escola que tem mais alunos. O que acontece aqui no Deniz Vale, é constantemente reclamação de pais. Então, que a polícia, a Guarda Municipal, principalmente na entrada e na saída dos alunos, no horário de pico, é uma confusão tremenda, que coloque, realmente, o policiamento. Não está acontecendo só brigas, gente. Eu não quero tocar nesse assunto, isso é caso de polícia. Obrigado”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu queria pedir Vossa Excelência para olhar em qual comissão que está o projeto do concurso da Guarda



Municipal. Audiência Pública? Porque nós estamos precisando de segurança mesmo nas escolas todas, mas nós temos aqui um projeto do Executivo de aumentar, de ter concurso para a Guarda Municipal, isso vai melhorar muito a segurança nas portas das escolas. Está na Audiência Pública? Está ok. Está marcada já?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, eu queria falar com o meu amigo Silvânio, por que nas escolas, nós não pedimos para pôr ‘Olho Vivo’? É muito importante nessas escolas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pode acrescentar ao projeto”. Vereador José Carlos de Oliveira: “acho que o ‘Olho Vivo’ resolve muito mais. Assim, não é resolve mais que a polícia, mas dá mais...”. Senhor Presidente: “inibe, não é?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “inibe. Está certo? Acho que o se o senhor pudesse pôr junto aí. Está certo, Presidente?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu não quis fazer essa solicitação porque eu acredito que vai onerar o município, mas eu concordo plenamente e, se me permite, eu vou acrescentar essa solicitação do vereador Boi ao meu requerimento. Acrescentando então a colocação de ‘Olho Vivo’ na porta das escolas”. Vereador José Carlos de Oliveira: “se o senhor permitir que eu possa assinar com o senhor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Vereador José Carlos de Oliveira: “está bom?”. Senhor Presidente: “podia sair esse requerimento em nome da Casa, não é?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pôr em nome da Casa, sem problema nenhum, não vejo problema”. Senhor Presidente: “então, está bom”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria me posicionar quanto a esse requerimento, nós iniciamos a sessão hoje com o Conselho pedindo a suspensão de um



projeto que cria a escola militar. Essa escola que foi relatada aqui pelos vereadores e, com certeza, relatado por várias outras pessoas que aqui estão e que nos acompanham em casa, é essa a escola que nós temos em Nova Lima. Colocar três militares, por turno, para acompanhar a administração da escola e garantir a ordem, não traz prejuízo para ninguém, não para as pessoas de bem e as pessoas que estão bem intencionadas ali dentro e tem. Ontem eu estive com quase trezentos alunos das escolas estaduais em um projeto que eu estou desenvolvendo e vou falar que os alunos de Nova Lima são alunos sérios, comprometidos, que querem avançar nos estudos, são esses alunos que nós temos que proteger. Então, não há prejuízo, Presidente do Conselho, não há prejuízo nesse projeto, porque a nossa realidade é diferente do que a gente quer, do que a gente sonha. Eu acho que tem horas que nós temos que começar a separar o Brasil dos nossos sonhos, ainda mais hoje, que é o dia da bandeira, que reverencia essa vontade de brigar pela nossa nação. A gente tem que parar de viver o Brasil dos nossos sonhos, do papel, e o Brasil da realidade. O Brasil da realidade de Nova Lima é esse Brasil que foi relatado aqui agora”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, a gente está sendo alertado aqui que já existe uma lei municipal que prega que na porta de todas as escolas municipais e, é lógico, o Polivalente não entra, mas teria que ter... E aí eu vou fazer justiça ao autor da lei, que é o ex-vereador Marcelino, que exige a presença dos guardas municipais nas escolas. E a gente sabe que com o efetivo que a Guarda Municipal tem hoje é impossível que isso aconteça. Mas, de toda forma, eu sempre falo isso aqui, é frustrante para o vereador criar leis que são interessantes, mas que,





efetivamente, elas não saem do papel. De qualquer forma, existe a lei, bem lembrado. Eu tenho mais um requerimento, Senhor Presidente. O último requerimento meu, Senhor Presidente, é solicitar da administração municipal estudos para que se faça mudança da mão de direção na Rua Independência, no Bairro Rua Nova. Eu nem sei se é exatamente Bairro Rua Nova, para mim, ali é Centro. Eu estou falando, olhando para o vereador Tiago Tito porque eu sei que o Tiago Tito, e até para fazer justiça, já tem um requerimento dessa natureza. De qualquer forma, eu quero solicitar para a Secretaria de Segurança, Trânsito e Transportes, seus técnicos que façam o estudo. Mas, para além disso, Senhor Presidente, eu acredito que há duas semanas, a gente trouxe para cá o caso de uma rampa no Bairro Cristais, que ela está impedindo ou, pelo menos, está dificultando a passagem das pessoas. E na Rua Independência pela mesma forma, o morador foi lá, fez uma rampa de todo tamanho. Então, para além da questão de estudo de mudança de mão dessa rua, eu gostaria muito de solicitar, mais uma vez, à fiscalização da prefeitura para que façam fiscalização dessas rampas que estão sendo instaladas no município. Tem uma propaganda da Cemig que fala sobre furto de energia elétrica, que o cara fala assim: 'todo mundo faz, por que eu não vou fazer?'. E a rampa é mais ou menos assim, todo mundo faz uma rampa na porta de casa, aí chega um bonitão lá, faz uma maior, vira aquela concorrência de rampa e, infelizmente, a população, a pessoa mais idosa, o sujeito que precisa passar com o carro dele ali, às vezes à noite, com uma iluminação precária, ele fica prejudicado em função, nesse caso aqui, honestamente, da falta de responsabilidade do morador, porque é lógico que a prefeitura



tem que fiscalizar, eu defendo a fiscalização, mas o morador tem que ter consciência de que o bem-estar dele não pode ser maior do que o dos outros. Então, o meu requerimento vai com duas solicitações, uma para estudo de viabilidade de mudança de direção nessa rua e outra para que a fiscalização seja mais efetiva no sentido de coibir a construção desse tipo de rampas nas ruas da cidade de Nova Lima. Esse é o meu requerimento, Senhor Presidente”. Em discussão, o vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só porque realmente eu fiz o requerimento em relação à mudança da mão de direção da Rua Independência, eu queria pedir ao vereador para assinar em conjunto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a gente já teve até o retorno por parte da secretaria que eles vão fazer essa mudança, mas isso já tem um tempo e não foi feito. É bom reiterar porque, realmente, ali ficou uma situação muito complicada de passar. E ali tem três ruas: Inconfidência, Independência e República, então dá para ser, realmente, cada uma com uma mão só de direção”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “e resolve o problema das pessoas”. Vereador Tiago Almeida Tito: “e dá mais fluidez”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu acho que o Executivo, inclusive amanhã eu tenho uma reunião com o Joaquim que, a meu ver, conhece a cidade, faz um excelente trabalho, tem o meu respeito e a minha gratidão. Tenho certeza que ele tem tocado a secretaria com muito amor, com muita vontade. Mas nós temos que tomar alguns cuidados na cidade, é a minha opinião, sei que diverge de várias opiniões, inclusive das dos técnicos. Nós não podemos fazer só aquilo que a técnica fala que é certo, sem olhar como funciona o



costume da região. Então, por exemplo, o técnico fala que aquilo tem que ser mão e contramão, mas nós temos uma das maiores igrejas evangélicas situadas ali dentro, a sede da Quadrangular está ali. A partir do momento em que as pessoas não podem parar, não podem estacionar, você está inviabilizando o trabalho religioso que é feito ali. Vou citar outro exemplo, não poder parar em determinados pontos da avenida, mata o comércio local, você realoca todo aquele comércio para outro lugar. Eu, por exemplo, se não tiver lugar para estacionar, eu não vou parar para comprar, eu vou optar por outra loja. E eu acho que assim, muitas pessoas pensam da mesma forma. Então, além de olhar o técnico, nós temos que olhar a realidade do município de Nova Lima. A realidade do município de Nova Lima é muito diferente da realidade de qualquer outro município, nós estamos falando de vias estreitas, de vias curtas, mas que a comunidade já se adequou ali, já se entenderam ali. Então, eu venho pedir ao Quinzinho, o nosso Joaquim, que venha ficar atento quanto a essas questões e que a gente possa gerar desenvolvimento, mas observando as condições já estabelecidas pelo costume e pelo comércio local”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me cede um aparte, vereador?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu posso estar equivocado, mas eu acredito que o senhor tenha se equivocado ou então o senhor só citou um exemplo e se for, esquece o que eu vou falar, mas não se trata aqui, nesse caso, da rua da Igreja do Evangelho Quadrangular”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não é na Rua Nova, atrás do Liceu?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “aquela rua é José Sabino Duarte”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “essa



é outra”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “então podia incluir essa também, porque essa é outra que está dando uma confusão danada”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas ali, na verdade, a proibição é em decorrência do Liceu. O que cabe um bom senso da secretaria é de colocar o ‘Proibido Estacionar’ num certo horário e liberar em outros, porque realmente, à noite, a Igreja do Evangelho Quadrangular não atrapalha em nada o trânsito. Mas se ali tirar a placa, ninguém passa naquela rua atrás do Liceu, porque uma das portarias do Liceu ficou sendo ali”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu estou falando justamente da limitação, Tiago, de determinados horários, como já funcionava. Antes funcionava, era só mão e não tinha limitação, agora não foi feita limitação de horário, qualquer horário é proibido parar. Então, eu pensei que fosse dessa rua quando o senhor falou”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas não tem problema, coube muito bem como exemplo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “cita aí, então, eu já peço ao pessoal, à secretaria e ao Joaquim que olhem isso também e, inclusive, da avenida. Eu sei que o trânsito da avenida tem fluído mais, mas, de fato, matou o comércio naquela região ali, naquele pedacinho ali”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Eu quero deixar um agradecimento ao ex-secretário Ronaldo. Uma luta desse vereador, Rua Vitória, no Bairro Alvorada, aquilo não era Rua Vitória, era Rua Derrota. Então, o que acontecia naquela rua? Mão e contramão. Olha quantas e quantas entradas ali com rampa. Se tirar a rampa daquela rua em várias casas, só se pegasse um helicóptero para entrar em casa. Então, eu briguei com todos os prefeitos, pedi, vinte anos, para colocar ali mão única, a única solução. O Ronaldo foi lá, eu expliquei, mostrei e o Ronaldo



realmente colocou lá, o que é uma benção. Se voltasse ali uma van cheia de crianças ia matar praticamente todos. Aquela rua é íngreme, perigosa, a única saída era mão única. Demorou-se vinte anos. Quantos cabeças de bagre que eu levei lá e mostrei? ‘Ah, não pode’. Não pode por quê? Porque tem um morador ou dois que não querem? Mas noventa e nove por cento querem. Está lá, eu agradeço muito. Uma obra pequena, apenas uma contramão que resolveu o problema ali. Quando encontrava lá no alto um carro, do lado direito estacionava e o cara tinha que voltar de ré. Então, eu agradeço muito. Tem soluções que tem que ser, realmente, mão única. Porque deixaram fazer, deixaram construir, como agora desmanchar? Então, é isso que eu gostaria de colocar. Muitos casos aqui em Nova Lima, noventa por cento dos casos não têm solução, tem que ficar as rampas mesmo e a solução é mão única. Obrigado”. Senhor Presidente: “eu fiz um requerimento aqui há uns dias atrás, exatamente em relação a isso, para que houvesse uma discussão com os moradores e comerciantes. Essa técnica, sinceramente, não é chegar e impor, imposição não. As pessoas hoje querem diálogo, querem ser ouvidas. Nós temos o exemplo daquela rua do Senai, rua com comércio de um lado e de outro. É proibido estacionar ali, nem moto mais pode parar ali e ali tem exatamente duas ou três lojas que vendem peças de motos, oficinas de moto. Então, técnico ou técnica, por favor, a senhora repensa. É ele? Olha o transtorno que causou na cidade. Temos ali aquela rua do Rego dos Carrapatos, do dia para a noite inverteram o sentido daquela rua. A maioria dos moradores ali são idosos, a vida toda naquele sentido, agora tem que dar a volta lá em baixo no posto para retornar às suas casas. Então, ouve as



comunidades. Todos os moradores ali me entregaram, fizeram um abaixo-assinado, requerendo a volta do antigo sentido. Parabéns pelo requerimento do senhor. Então, fica aqui mais uma vez, que o senhor repense, reavalie. Claro, a cidade está se desenvolvendo, mas, como disse o vereador, tem as comunidades, não tem necessidade de fazer aquelas alterações. Então, fica a nossa solicitação, o nosso requerimento. Em discussão o requerimento do vereador Silvânio Aguiar. Lembrando que Nova Lima é uma cidade hospitaleira, é uma cidade do interior, não é uma metrópole que do dia para a noite as coisas mudam, assim, tão repentinas. Em discussão o requerimento do vereador Silvânio Aguiar. Em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu não vou falar sobre o requerimento, mas como o vereador José Guedes bem lembrou ali do ex-secretário, o senhor me permite? É um comentário só, é rapidinho”. Senhor Presidente: “faça. O senhor hoje está como secretário, o senhor está falando até pouco”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu não tenho como fazer moção de aplausos mais porque já fiz os dois requerimentos, mas eu queria cumprimentar e deixar as minhas reverências ao Diego Garzon que está deixando a Secretaria de Desenvolvimento Social. Cumprimentá-lo pelo trabalho que desenvolveu em Nova Lima. O vereador José Guedes, eu me lembro na legislatura anterior, a gente, nós, o conjunto de vereadores, brigávamos muito sobre essa questão do, eu acho pejorativo falar ‘ariranha’, mas o povo fala ‘ariranha’. Brigava muito por causa disso e tal e o Diego veio com uma condição diferente, fez um trabalho muito bacana, tem tentado solucionar esse problema, ainda



que não tenha solucionado cem por cento, mas ele fez isso e a Secretaria de Desenvolvimento Social teve com ele à frente um desenvolvimento muito bacana, ficou meio redundante aqui, mas os trabalhos foram muito bem feitos. O Diego merece o respeito da Casa Legislativa por tudo que ele fez pela cidade de Nova Lima. Vai alçar voos maiores, vai ser Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social, eu acho que Nova Lima perde, mas por outro lado, o Estado de Minas Gerais ganha, porque sem dúvida nenhuma, conhecendo o Diego, eu sei que ele vai ter um olhar diferenciado para a nossa cidade e para as coisas que são importantes para o desenvolvimento social em nosso município. Então, ficam aqui os meus cumprimentos. Parabéns, Diego. Já o cumprimentei através de mensagem, mas penso que é o momento apropriado para a gente fazer essa manifestação em Plenário. Parabéns pelo trabalho. Deus te abençoe muito. Força de Deus para você, Diego”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Eu também quero parabenizar aqui o Diego. Sem dúvida nenhuma, o Diego foi um dos melhores secretários que teve na prefeitura e macho, às vezes, alguns secretários ficam em cima do muro, ele não tem meio termo não. Então, foi uma grande perda. Quantas e quantas vezes o Diego foi homenageado pelo prefeito. É uma pessoa que, realmente, trabalhou muito, principalmente no caso do pessoal aqui, que dizem ‘ariranha’. Então, foi um belo trabalho. A vida toda nós cobramos aqui que ali estavam seres humanos e, realmente, criou a casa para defender esse povo. Hoje eles têm um banho, têm um almoço, têm um café da manhã. Isso é uma luta do Diego. Eu sentia pena de ver debaixo de chuva, sol, o pessoal ali. Hoje fica quem quiser sem sua



alimentação, sem barbear, sem tomar seu banho, sem cortar seu cabelo, porque lá na casa de acolhimento tem isso tudo. E uma das principais pessoas foi o Diego, foi humano, chegou, reuniu com o pessoal, conversou. Não foi fácil. Mas eu sonhava que um dia ia ter solução. Ainda não são cem por cento, mas uns oitenta por cento, noventa por cento foi alcançado. Então, o Diego, realmente, vai alcançar lá fora o que ele merece, porque é uma pessoa competente. Obrigado”. Senhor Presidente: “vamos fazer em nome da Casa uma moção de aplausos?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “podemos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “concordo plenamente, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, eu fico muito feliz pelo senhor falar que é o melhor secretário da prefeitura”. Vereador José Geraldo Guedes: “um dos melhores”. Senhor Presidente: “não, o senhor falou que é o melhor”. Vereador José Geraldo Guedes: “não, um dos melhores”. Senhor Presidente: “o senhor tinha falado o melhor”. Vereador José Geraldo Guedes: “não”. Senhor Presidente: “eu fico muito feliz porque foi uma indicação do nosso partido, não é, Tiago Tito? PSD”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não sei. Eu não posso responder essa pergunta não, Senhor Presidente. Eu não participei de nenhuma reunião que fizesse indicação. Isso aí, me desculpa até corrigi-lo, mas eu não faço parte disso não”. Senhor Presidente: “está bom, mas foi uma indicação do PSD. Diego, você pode ter certeza que onde você for, a sua estrela brilhará sempre. Parabéns pelo excelente trabalho que você fez à frente da sua secretaria”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só para deixar claro, não é nada contra a indicação do Diego, que eu acho que faz um excelente trabalho e realmente fez um





excelente trabalho, a gente tem uma política de desenvolvimento social antes do Diego e pós o Diego. É claro que tiveram governos anteriores também que fizeram uma política correta, mas, realmente, o Diego merece todos os louros e agora vai representar Nova Lima no Estado. Só para deixar claro, porque é um grande amigo também. Tive a honra de estudar junto com ele também, é muito competente e que Deus abençoe a caminhada dele”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente, eu tenho um verbal. Gostaria de solicitar ao Poder Executivo que sejam realizadas as pinturas das faixas de sinalização do Trevo no Bairro Bela Fama”. Senhor Presidente: “Kim, deixe-me colocar em votação o requerimento”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “o senhor falou que é da Casa”. Senhor Presidente: “é pela Casa? Todos concordaram?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “posso me manifestar, Presidente? Eu queria endossar as palavras aqui, o Diego, de fato, fez um trabalho diferenciado em Nova Lima. Eu fico torcendo para que ele possa, agora, representando o Estado de Minas Gerais nesse novo posto que ele assumiu, diga-se de passagem que o Zema fez uma escolha com base na técnica, com base em uma comissão. Então, fico muito feliz de ver um nova-limense sendo homenageado, Nova Lima sendo homenageada com a convocação e o convite para um filho de Nova Lima assumir um cargo de tamanha importância para o Estado. Tanto ele quanto o Rodrigo Mascarenhas que também nova-limense, escolheu Nova Lima para morar, vestiu a camisa, assumindo também a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia. São dois nomes fortes no município de Nova Lima, fico honrado de tê-los no governo do Estado. Tenho certeza de que Nova Lima vai ganhar muito quanto a isso e que Minas



Gerais vai ganhar pela grandiosidade do trabalho que essas duas mentes brilhantes, filhos dessa cidade fazem e fizeram nos cargos que passaram”. Senhor Presidente: “é requerimento, Kim?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “isso, é um verbal. Gostaria de solicitar ao Poder Executivo que sejam realizadas as pinturas das faixas de sinalização no Trevo do Bairro Bela Fama e que sejam consertadas as placas que estão no chão, caídas. Isso é uma solicitação que eu estou pedindo ao Poder Executivo, porque tem as placas caídas e fazer a pintura do Trevo do Bairro Bela Fama. E queria também, Presidente, se o senhor permitir, comunicar à comunidade do Nossa Senhora de Fátima, Fazenda do Benito e Nossa Senhora de Fátima que hoje a menina do DEER, Luísa, se não me engano, esteve lá fazendo a medição para fazer os quebra-molas. Ontem o meu amigo Tonicão esteve lá, agradeço ao Tonicão, tem que cobrar mesmo. Tem três anos que eu estou lutando para fazer esses quebra-molas. Então, os documentos estão todos liberados. Graças a Deus, a Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança, meu amigo Joaquim, mais conhecido como Quinzinho, já mandou fazer as placas e as placas não são iguais às do município, porque ele falou comigo que já mandou fazer as placas. Então, o mais depressa possível, hoje já foram marcados os lugares, vão ser dois quebra-molas lá na Fazenda do Benito, para trazer mais conforto à comunidade. Obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “em votação o requerimento do vereador Kim do Gás, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Justificativa de voto. Eu queria parabenizar o vereador Kim pela luta constante. Eu tenho uma presença



muito grande na comunidade lá e sei da sua luta. Inclusive, em umas dessas reuniões que nós tivemos lá, era um campeonato de truco, eu estava lá, jogando truco, o pessoal falou: ‘vamos fazer esse quebra-molas no peito?’. Claro, naquele momento, todo mundo topou, inclusive eu. Depois, eu fui ver as consequências e é uma coisa que demanda muita técnica, não era tão fácil, eu já até comuniquei isso para eles e fiz questão de ressaltar a luta do senhor para resolver um problema tão antigo, que já levou a vida de tantas pessoas. Meus parabéns”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “obrigado; me dá um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “claro, vereador”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “eu estou fazendo um campinho de futebol no Bairro Nossa Senhora de Fátima, já passamos a máquina, já comprei as traves, já estão chegando as traves, já estão prontas, estou comprando a grama. Quando a gente fala que eu estou fazendo é por quê? Eu estou gastando do meu bolso. E eu vejo muito o vereador José Guedes gastando, mas quando fala quebra-molas, fica difícil eu falar assim: ‘eu posso pagar’. O campinho do Bairro Nossa Senhora de Fátima, graças a Deus, é uma das coisas que eu falei: ‘se Deus quiser, nós íamos conseguir fazer’. Então, já encomendamos a grama, eu creio que daqui uns quinze, vinte dias, mais ou menos, o campinho do Nossa Senhora de Fátima vai estar pronto para a comunidade, para as crianças. Então, quando a gente fala assim: ‘não podia fazer’, que o Wesley mesmo já falou comigo: ‘vamos pagar esse quebra-molas’, nós sabíamos que era proibido, senão nós já tínhamos pagado, há muito tempo, do nosso bolso”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, o meu primeiro requerimento é que o Poder Executivo tenha um olhar para o Bairro Jardim



Canadá, quando se trata do recapeamento das vias. Nós estamos chegando em um ponto que a linha de ônibus já avisa que vai ter que mudar de rua. Então, é muita propaganda, muito espetáculo, muito show e pouco trabalho para mostrar. É o primeiro requerimento”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador soldado Flávio, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. Vereador Flávio de Almeida: “o segundo, Senhor Presidente, vai para a Mesa Diretora. Esse ano, o servidor só perdeu no município, foi só perda e mais perda. Então, eu acho que, na Câmara Municipal, a gente pode fazer o diferencial e pode dar exemplo, em vez de pagar aquela cesta de natal, aquela coisa de pegar fila, aquela coisa que é humilhante, é fila, é congelado, é não sei o que, aquela luta, em vez de pagar assim, paga em espécie para o servidor, é só a Mesa fazer uma Resolução. É um requerimento para a Mesa fazer uma Resolução nesse sentido”. Senhor Presidente: “o valor da cesta ser em espécie”. Vereador Flávio de Almeida: “não precisa nem de ser aquela mixaria da cesta, pode até aumentar um pouco para ajudar o servidor. Foi feito isso uma vez na Câmara”. Senhor Presidente: “vamos dar uma avaliada sim, com certeza”. Vereador Flávio de Almeida: “é um requerimento, se o senhor puder colocar para ser votado”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador soldado Flávio, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. São duas moções de aplausos, a primeira é uma moção de aplauso em decorrência do aniversário de setenta anos do senhor João Bosco de Melo, mais conhecido como Bosco, ele é marido da nossa companheira de trabalho, a Rose,



moradora do Bairro Cascalho. Então, pelo seu aniversário de setenta anos”. Senhor Presidente: “em discussão a moção de aplausos do vereador Tiago Tito, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a segunda moção de aplauso vai para um colega nosso de trabalho que está, inclusive, se fazendo presente aqui agora, que completou vinte anos, é um artista nova-limense, é sempre bom a gente enaltecer aqueles que são companheiros nossos de trabalho e que também nos trazem alegria no dia a dia, através da sua arte. Foi aniversário do nosso colega Luís Agenor, mais conhecido como Deco. Então, que essa Casa também possa encaminhar a ele uma moção de aplausos, aproveitando aqui, já o parabenizando pela passagem do aniversário”. Senhor Presidente: “parabéns para Deco. Em discussão a moção de aplauso do vereador Tiago Tito, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho um requerimento, Presidente. Meu requerimento vai para o Executivo Municipal, basicamente para a Secretaria de Planejamento, eu gostaria que o prefeito encaminhasse para essa Casa a relação de todos os bairros que foram feitos em Nova Lima de forma irregular. Digo isso como? Vou citar um exemplo do Bairro Areião do Matadouro. O Bairro Areião do Matadouro foi feito em um loteamento irregular pela AngloGold, via comodato, sem nenhuma aprovação do município, e agora está sendo feita a regularização fundiária. Então, o que eu gostaria de saber é quais os bairros de Nova Lima que foram promovidos e alimentados pela empresa AngloGold Ashanti, sem aprovação prévia no Executivo, e qual o valor que o município investiu para o



georreferenciamento de cada um desses bairros”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Wesley de Jesus, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. Senhor Presidente: “eu tenho um verbal, que o Poder Executivo providencie a instalação de bebedouros na Praça da Bíblia para aquelas pessoas que fazem ginástica na academia ao ar livre e também para aqueles... Eu tenho observado o aumento do número de pessoas que fazem caminhadas e corridas na Avenida José Bernardo de Barros. Então, que seja instalado na praça ou próximo à praça. Em discussão o requerimento do vereador Fausto, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite”.